

SOCIEDADE E EDUCAÇÃO NO GOVERNO BOLSONARO: ANULAÇÃO DE DIREITOS UNIVERSAIS, DESUMANIZAÇÃO E VIOLÊNCIA.

Gaudêncio Frigotto¹

Hoje, a palavra “bolsonarismo” é usada em todo o mundo, como sinônimo de violência irracional e destruição psicopática, feita em nome de versículos bíblicos, mas sem nenhum sentido ético e humanitário. Já é utilizada também como um sinal vermelho de advertência sobre o limite a que pode chegar à humanidade quando perde o sentido ético da política e da história, e se joga contra tudo e contra todos, movida pelo ódio, medo e paranoia, transformando a religião num instrumento de vingança e destruição da possibilidade de convivência entre os homens (José Luiz Fiori)².

Introdução

A epígrafe de José Luiz Fiori sintetiza a face dominante do governo Bolsonaro ao longo de seus três anos de mandato que se expressam por uma agenda de guerra cultural contra a diversidade, o pensamento divergente e marcada pelo negacionismo da ciência e pelo fundamentalismo religioso, político e do mercado.

Certamente o fundamentalismo religioso é o mais perversos, pois não se guia pela racionalidade, mas pelo dogma e em nome de “Deus” destila violência e ódio. Junto ao fundamentalismo político conforma uma agenda de anulação ou

¹ Filósofo e pedagogo, mestre e doutor em Educação. Professor titular, aposentado, na Universidade Federal Fluminense e, atualmente, professor associado na Universidade do Estado do Rio de Janeiro. E-mail: gfrigotto@globo.com

² Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2019/05/15/artigo-or-religiao-violencia-e-loucura-no-brasil-por-jose-luis-fiori>. Acesso em: 21 set. 2021.

eliminação dos adversários. O culto às armas se torna o signo que cultua a violência como pedagogia da ameaça e do medo para anular a luta política pelos direitos universais da comer, beber ter um teto, trabalho, educação e saúde. A desumanização se incompleta por uma política econômica onde tudo tem que ser reduzido a mercado, inclusive a vida. A subordinação da saúde e salvar vidas na pandemia à soberania do mercado e da economia se materializou ao longo dos dois anos. A síntese perversa desta política genocida foi verbalizada pelo Ministro da Saúde Queiroga ao defender a não obrigatoriedade do passaporte da vacina para quem vem do estrangeiro: “É melhor perder a vida do que a liberdade”.

O conjunto de cinco pequenos textos que escrevi ao longo do três anos do governo Bolsonaro, publicados no Jornal “Brasil de Fato”, explicitam facetas do caráter destrutivo da sociedade, do patrimônio público, da educação, da saúde e da cultura. Republico-os em conjunto, na sessão opinião desta revista, pela sua natureza de análise de embate ético político. Mas, também, como postura de indignação e de não ceder às armas dos governos totalitários e de concepções e práticas nazifascista.

No primeiro texto – A política de estupidez, insensatez e insanidade humanas – sublinha o que já era explicitado na campanha a eleição e o que se aprofundou ao longo do mandato. A epígrafe de Fiori traduz a síntese que se expressa já no final de 2021. O segundo, - Empresários mais ricos do Brasil: ignorância, cinismo e ganância que matam – o que define a classe dominante brasileira que, mais adequadamente uma plutocracia, ou seja, um punhado de ricos que historicamente está na base das ditaduras e golpes e fazem do estado o quintal dos seus interesse. Com o slogan, “O Brasil não pode parar” expressam sua visão e do governo que servem e por ele são servidos, de nenhum valor à vida desde o início da pandemia.

1- A política da estupidez, insensatez e insanidade humanas

Todos aqueles que entendem que o ser humano vem em primeiro lugar, e não o mercado, devem estar estarecidos com o que vem ocorrendo no Brasil a partir de 2016 e, em particular, a partir de 2019. Com efeito, este estarecimento advém do fato que a agenda política do Estado Brasileiro se afirma cada vez mais

sob a tríade da estupidez, da insensatez e da insanidade humana que se manifesta no fundamentalismo econômico, político e religioso.

A estupidez humana, terreno da doutrina fundamentalista do neoliberalismo, inverte a relação entre a sociedade e o mercado. Não mais a sociedade, com suas instituições públicas, regula o mercado, mas este, agora, é que regula a sociedade e as suas instituições. Aos estados nacionais que adotam o culto ao mercado puro na regulação das relações sociais o sociólogo italiano Luciano Gallino, em seu livro *O dinheiro, a dívida e a dupla crise – explicado aos nossos netos* (2015), os denominou de governos da estupidez humana.

No caso brasileiro, o ataque à esfera pública na educação, na saúde, na ciência, na tecnologia e na cultura, à estupidez se acresce a insensatez como agenda política. Com efeito, a insensatez se revela na emenda constitucional 95, que congela por vinte anos o investimento na esfera pública, na contrarreforma trabalhista, que regrida à barbárie na relação capital e trabalho ao século XVIII; na contrarreforma do ensino médio, que regride à década de 1950 e liquida com a conquista do direito à educação básica; e, em curso, na contrarreforma da Previdência. Esta é a mais letal, pois interdita o direito à vida digna a maioria da população.

Trata-se de uma agenda insensata porque não só congela direitos fundamentais à vida, mas os extermina, jogando milhões de trabalhadores ao desemprego, subemprego e ao desespero, tornando-se vítimas das mais brutais violências do estado. Tudo isso com promessas falsas em nome de salvaguardar os lucros, especialmente dos bancos.

A contrarreforma trabalhista tinha como argumento a retomada do crescimento e a geração emprego. Contudo, o que se vê é tudo ao contrário: o PIB despencando e o desemprego e subemprego crescendo. Os magos que tratam da economia e os “especialistas” que divulgam suas teses parecem ter um único neurônio, o que faz do mercado uma espécie de deus Janus que tem duas faces: uma para destruir a esfera pública e a outra para defender, de forma fanática, os lucros do mercado.

A manutenção da estupidez e insensatez humana se efetiva, ao mesmo tempo, pelo desmanche da sociedade democrática e do convívio democrático e pela insanidade do fundamentalismo político e religioso. O primeiro se embasa

em teses neofacistas de criminalizar os adversários para depois condená-los e aniquilá-los moral e fisicamente. As vítimas do ódio são os denominados pejorativamente “petralhas” e “mortadelas”. Os primeiros demonizados porque teriam destruído o Brasil. Além disso esse termo, de forma idiota, é tomado como sinônimo de esquerda e de comunistas disseminadores do “marxismo cultural”. Mortadelas, estes duplamente odiados. Primeiro, porque, supostamente, pelas políticas públicas dos “petralhas” conseguiram benefícios que agrediriam a “meritocracia” e, segundo, vítimas da mão repressiva e armada do Estado por serem socialmente prejulgados indevidamente como criminosos em potencial.

A insanidade se expande no fundamentalismo religioso centrado na “teologia da prosperidade” no mercado religioso. Este potência a insanidade política pelo combate ao que denominam de ideologia de gênero e pelo combate à educação e à ciência laica, por serem entendidas como disseminadoras do mal. Avança, por esta via, a subordinação da ciência ao dogma religioso e do estado laico ao estado religioso, retroagindo à idade média.

A insanidade, assim, expõe o lado patológico aninhado no estado e nas forças que o sustentam. Uma esfinge que atua não apenas no desmanche da esfera pública, único espaço que pode garantir direitos universais, mas que engendra o ódio ao diferente, ao pensamento crítico e ao pobre. A matança de pobres e, sobretudo, de negros, pertencentes ou suspeitos de pertencerem a grupos do crime já está naturalizada. A esfinge que pode engendrar um aumento exponencial de mortes e estopim para uma guerra civil tem já uma fórmula: menos educação e ciência e mais armas e balas. A história do passado no mundo e, recente na América Latina, tem lições dolorosas a serem aprendidas. A exclusão, a injustiça e a violência com os pobres têm limites. Tratemos de nos dar conta disto, antes que seja tarde.

2- Empresários mais ricos do Brasil: ignorância, cinismo e ganância que matam

Duas coisas são infinitas: o universo e a estupidez humana. Mas, em relação ao universo, ainda não tenho certeza.
(Albert Einstein)

Escrevo este pequeno texto referindo-me, sobretudo, ao grupo de empresários multimilionários que financiaram ou os que apoiaram a campanha “o Brasil não pode parar”. Mas, também, às mentes débeis e humanamente cínicas do núcleo ideológico e metafísico do governo federal que a encomendaram.

Desdenhar da ciência, das orientações da Organização Mundial de Saúde (OMS), dos depoimentos dramáticos dos médicos, enfermeiros, fisioterapeutas, bombeiros etc. não é só, como Einstein afirma, uma infinita estupidez humana, mas a participação ativa e consentida em milhares de mortes que podem ser evitadas.

Os megaempresários são herdeiros de uma cultura cuja riqueza não se fez por seu trabalho, mas matando os índios como se fossem animais; em seguida, por quase quatrocentos anos, acumulando fortuna com o trabalho escravo e a compra e venda de seres humanos como gado.

Estas práticas não acabaram. A dizimação dos índios continua, assim como a escravidão, que foi abolida formalmente, mas continua nas relações sociais e econômicas. Como herdeiros dessa cultura, a alta burguesia empresarial brasileira montou uma das sociedades mais desiguais do mundo. Uma desigualdade que vem sendo mostrada globalmente neste momento dramático da humanidade, causado pela covid-19.

As fortunas dos atuais megaempresários, do campo e da cidade, resultam de três estratégias que se potenciam, como mostrou Caio Prado Junior, antes mesmo das relações capitalistas se generalizarem no Brasil. A primeira se afirma na superexploração e espoliação do trabalhador, gerando uma assimetria descomunal entre os ganhos do patronato e do trabalhador. A segunda é a estratégia de preferir a compra da cópia, em vez de investir em ciência, tecnologia e inovação. Por fim, tomam dinheiro subsidiado pelo Estado, o que dá origem às dívidas externa e interna.

Por esse meio, concorrem deslealmente com médios e pequenos empresários, que são os que geram mais empregos, ou simplesmente inviabilizam-os. Também são hábeis e astutos em pressionar os governos para receberem o perdão das dívidas. Francisco de Oliveira definia estes empresários como vanguarda do atraso e atraso da vanguarda. É essa minoria supermilionária, do

passado e do presente, que, quando minimamente ameaçados em seus interesses, organizam-se para apoiar e sustentar ditaduras e golpes. O último foi em agosto de 2016.

A postura insensata e genocida que estes empresários estão apoiando, insensíveis à clara possibilidade de um aumento exponencial de mortes que podem ser evitadas, explicita-se na cópia da campanha publicitária feita na cidade de Milão — "Milão não para" —, mesmo depois que o prefeito dessa metrópole pediu desculpas pelo erro. Milão contabiliza o maior número de mortes das mais de 11 mil ocorridas até hoje na Itália.

Por fim, fica claro na atitude dos que arquitetaram a campanha no seio do governo, dos empresários que a financiaram e dos que a apoiam uma regressão às teses absurdas do malthusianismo do final do século XVIII e meados do século XIX.

O pressuposto de Malthus era de que a produção da comida crescia em escala aritmética e a população em escala geométrica. Por outro lado, condenava as políticas de assistência aos pobres no combate às pragas e epidemias, pois, de acordo com ele, era aconselhável nas cidades “construir as ruas mais estreitas, apinhar mais gente no interior das casas e provocar o retorno das pragas. No campo, deveríamos construir as aldeias perto de poços de água estagnados e, sobretudo, encorajar os estabelecimentos de colonos em terrenos pantanosos e insalubres”. Sua conclusão é que deste modo a natureza faria uma seleção natural e permitiria que os filhos da elite se casassem muito cedo e tivessem quantos filhos quisessem.

A história mostrou que a dificuldade não é a falta de produção de alimentos. Há até superprodução, como mostra Jean Ziegler, consultor da Organização das Nações Unidas (ONU). O problema é que essa produção não está na lógica de satisfazer a necessidade elementar de comer, mas na ordem do lucro e, portanto, para quem pode comprar. O argumento de que vai faltar comida se os indivíduos não voltarem ao trabalho é falso. Onde estão os estoques de um país celeiro e um dos maiores produtores de carnes do mundo? Por outro lado, os cientistas, os médicos, os enfermeiros e todos os representantes da área da Saúde não estão solicitando que o país pare por seis meses, mas apenas por um período, para que não haja um colapso do sistema de saúde e possam salvar vidas.

O argumento do governo e dos empresários que financiaram a campanha "O Brasil não pode parar" é o mesmo de Malthus. Deixem que o vírus se espalhe, morrerão os que têm doenças crônicas e os mais velhos. O que os cientistas estão dizendo, inclusive o Ministério da Saúde, é que, se não for feito o controle, não haverá leitos para todos, e milhares morrerão por falta de aparelhos hospitalares suficientes para atendê-los. Os mais afetados serão os pobres das grandes metrópoles, apinhados em favelas. A campanha foi interrompida oficialmente pela Justiça, mas corre nas redes sociais. O que ela afirma é: não importa quantos irão morrer, o que importa é salvar a economia. O que não se diz é: salvar os lucros do patronato mais poderoso e rico e do capital financeiro.

Uma semana de panelaços em todo o país, a emocionante solidariedade das comunidades pobres, a atitude da maioria dos governadores e prefeitos e uma nova consciência coletiva mostraram que o Brasil, assim como o mundo, não poderá ser mais o mesmo.

O grafite estampado num muro em Hong Kong — “Não podemos voltar ao normal, porque o normal era exatamente o problema” — aplica-se perfeitamente ao atual governo e aos financiadores da campanha que nos dizem que a vida não importa, mas sim os lucros.

3- BRASIL: a violência do mercado e do Estado como signos da sociabilidade.

Há pouco mais dois anos o sociólogo Francisco de Oliveira nos deixava, mas a sua obra que interpreta o que nos caracteriza estruturalmente como sociedade permanece e nos dá chaves para entender o drama que vivemos no presente. Drama, onde a violência do mercado e do Estado se afirma como código dominante de sociabilidade. Num texto escrito em 1998 sobre as perspectiva do novo milênio analisa, de forma densa, o longo e o médio prazo que nos permite desvelar o momento atual.

Oliveira expõe-nos as marcas da colonização e do regime escravocrata (1535-1888) e seus traços que permanecem no período em que o Brasil entra nas relações propriamente capitalistas. Neste longo período, até 1990, sublinha que a sociedade brasileira, ainda que de forma caricata e “fora do lugar”, pautou-se pelo

ideário iluminista. Nele se postula a possibilidade da integração de todos, embora de forma desigual, aos direitos políticos, sociais e individuais.

Neste longo tempo a burguesia brasileira até a década de 1990 não conseguiu ter a hegemonia no seu projeto societário. A prova disto, para Oliveira, são dois períodos de ditadura (1937-1945 G. Vargas e 1964-1985, militar) e que, para impedir mudanças mais profundas, se valeram do arbítrio para impor os interesses da classe dominante. Oliveira situa o sinal de início da ruptura do ideário iluminista de sociabilidade e a adoção da reação mercantil do neoliberalismo e do conservadorismo no governo Fernando Collor de Melo.

Quem, todavia, teve a liderança para esta mudança efetiva foi Fernando Henrique Cardoso, que, como destaca Oliveira, se trata de um intelectual que mudou de lado. Ele deu a senha do que seria o novo tempo no Brasil no contexto da globalização do capital, dentro do qual não haveria mais lugar para todos, sendo inevitável a exclusão de um quarto da população brasileira. E o proclama, em conferência internacional, ao afirmar que 40 milhões de brasileiros estavam condenados à exclusão no novo Brasil.

Assim, para Oliveira, o princípio iluminista da “esperança” que carrega o horizonte do alcance dos direitos civis, políticos e sociais deu lugar para a reação conservadora do realismo mercantil. O realismo do neoliberalismo que efetiva a revogação de direitos conquistados, a venda do patrimônio público e a contestação das terras indígenas cobiçadas pelo agronegócio e pela expropriação da riqueza do subsolo.

A perspectiva que Oliveira percebia, há vinte anos, era de que o realismo mercantil conservador, para se manter, tenderia a chegar à regressão econômica do projeto nazifascista que tem na violência a moeda de troca como código da sociabilidade. E isto tanto mais pelo fato que para ele o processo de formação da burguesia brasileira pode ter dado a aparência de hegemonia, mas o que a identifica melhor é a de totalitarismo que se expressa por um processo cujo epílogo é um projeto de apartheid social.

A primeira década e meia do Século XXI indicavam que Francisco de Oliveira estava, pelo menos parcialmente, enganado. Parcialmente porque as forças do capital, internas e externas, não somente condicionaram os governos liderados pelo Partido dos Trabalhadores a não efetivar mudanças estruturais,

como não toleraram as políticas de inclusão justamente dos 40 milhões tidos como necessariamente excluídos. Também não toleraram a nova geopolítica na América Latina e mundial não subalterna ao imperialismo Norte Americano.

Não por caso as forças políticas que governaram o país sob o comando de Fernando Henrique Cardoso foram as que lideraram um novo golpe, agora pelas armas da mentira e calúnia parlamentar, jurídica e midiática contra a presidente Dilma Rousseff. Desgraçadamente a análise de Francisco de Oliveira acabava de se confirmar. Consumado o golpe, a reação ultraconservadora instalou-se voraz e célere na dizimação de direitos, vendas do país e de contrarreformas ultraconservadores que desempregam, mutilam direitos e congelam o futuro e a “esperança”.

Com efeito, no quarto mês do governo golpista de Michel Temer aprovou-se a Emenda Constitucional 95/2016 que congela o teto do gasto público por vinte anos. Vale dizer, congela-se a esfera dos direitos universais. Com seis meses do golpe, efetivou-se o congelamento do futuro para a grande maioria dos jovens brasileiros, mediante a contrarreforma do ensino médio (Lei 13.415 de 16.2.2017). Esta liquida o sentido e o direito da educação básica, mediante os itinerários formativos onde, na prática, a maioria será encurralada para a educação técnica e profissional descaracterizadas (itinerário 5). Serão gerações mutiladas em sua formação e despreparadas para a cidadania consciente e para o processo produtivo sob a atual base científico técnica. E esta negação nos condena a continuarmos um país gigante com pés de barro.

Com onze meses do golpe aprovou-se a contrarreforma trabalhista (Lei Nº 13.467/2017). Esta liquida os direitos conquistados duramente ao longo do Século XX pela classe trabalhadora. Das grandes contrarreformas os golpistas somente não conseguiram completar a da Previdência e fazer a Reforma Administrativa. O cálculo que fizeram de voltar ao poder com o serviço sujo feito, entretanto, fracassou.

O que Francisco de Oliveira nos apontava como possibilidade da anulação da esperança pelo realismo mercantil e, o seu par, o signo da violência como o código de sociabilidade, de forma perversa e cruel, materializou-se sob o projeto totalitário das forças sociais e políticas do governo Bolsonaro. Para o ultraliberalismo mercantil o que se construiu no passado, tanto de patrimônio

público, quanto de direitos, tem que ser apagado. Do mesmo modo não há perspectiva de futuro. O que conta é o tempo presente do impulso mercantil para o qual tudo pode ser privatizado.

A Reforma Administrativa, PEC32, representa o derradeiro golpe e tipifica a política econômica efetivada pelos regimes nazifascista como sublinha Oliveira. Privatiza-se, inclusive, o que é tombado. O símbolo disto é que na lista de privatizações do Ministro Guedes inclui-se o Palácio Capanema, sede do Ministério da Educação até a transferência de Capital do Rio de Janeiro para Brasília e ícone mundial da arquitetura moderna.

O totalitarismo econômico da gestão Guedes tem seu par no conservadorismo das forças sociais que sustentam o projeto do governo Bolsonaro e que adotam, como signo de sociabilidade, a violência. Violência que se materializa pelo culto às armas, ódio aos adversários e ao pensamento divergente, utilizando a pedagogia da ameaça e do medo.

À venda do patrimônio público, que anula o futuro, somam-se: a militarização das escolas, a intervenção na autonomia universitária e nos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, a censura ao campo cultural e educacional e a política do livro didático oficial orientado pelo moralismo e pelo fundamentalismo político e religioso,

A junção do fundamentalismo do mercado com o político e o religioso não nos dá perspectiva de futuro. Não esqueçamos que o que estamos vendo acontecer no Afeganistão foi produto do imperialismo Norte Americano para desestabilizar o regime democrático que não se alinhava aos seus interesses. Para isto treinou e armou milícias que uniam política e religião. Um destes grupos formou o Talibã que, em nome de “deus,” tortura, mutila e mata os que se opõem à sua doutrina fundamentalista. A história tem que nos ensinar algo e urgente, antes que seja tarde demais.

4- “Brasil, um gigante com pés de barro”: a negação de educação de qualidade e de investimento em ciência e tecnologia.

Educação de qualidade e investimento em ciência e tecnologia são duas das condições basilares para se construir uma nação autônoma e soberana e uma

sociedade que não se caracterize pela alta concentração de riqueza e renda na mão de poucos e uma grande massa de pobres e miseráveis. O caminho percorrido pela classe dominante brasileira foi historicamente oposto. Associou-se, de forma subordinada, mas vantajosa para poucos, aos centros hegemônicos do sistema capitalista. Uma classe, como observava Caio Prado Junior, que sempre foi afeita à cópia, ao endividamento à custa do povo e a uma assimetria descomunal entre seus ganhos e os da classe trabalhadora. Para este projeto societário a educação pública de qualidade no nível básico e superior e o investimento em ciência e tecnologia não são prioridades. Pelo contrário, a sua negação sistemática é condição política de sua dominação e de seu enriquecimento espúrio.

Florestan Fernandes, em várias obras, desvela os traços constitutivos do projeto econômico e político da classe dominante brasileira onde a negação sistemática de grandes parcelas da população à educação básica e superior de qualidade e o baixíssimo investimento em ciência e tecnologia nos definem como um país gigante com pés de barro. Nos países onde houve a revolução burguesa clássica, demonstra-nos Florestan, as classes dominantes entenderam que para construir nações autônomas era imprescindível desenvolver sistemas educacionais sólidos, com a universalização da educação básica, amplo acesso ao ensino superior e grande investimento em ciência básica e desenvolvimento de tecnologia. Com isto formaram, também, classes trabalhadoras preparadas para o trabalho complexo e com uma formação que lhes dava condições para se organizarem e de não serem superexploradas. Como consequência, construíram sociedades menos desiguais e injustas e mais estáveis.

Por isto Florestan, em sua análise histórica da classe dominante brasileira, não a define como uma classe com as características das burguesias que efetivaram revoluções burguesas clássicas, mas a entende como sendo uma plutocracia. Vale dizer, a dominação exercida pelo poder político de um punhado de ricos, “uma minoria prepotente” e cuja riqueza vem, por um lado, pelo assalto privado do fundo público e, por outro, por um Estado que protege a superexploração dos trabalhadores pelo patronato. Se for verdade, e o é, que em todo nosso processo histórico houve luta e alguns direitos foram conquistados pela classe trabalhadora, toda vez que há riscos de perda de privilégios do punhado de

ricos prepotentes, os mesmos valem-se da mão armada do Estado e do arbítrio da lei para deflagra ditaduras ou golpes. Ditaduras e golpes que, sob a força do arbítrio, da ameaça, da perseguição e morte de lideranças, revogam os parcos direitos conquistados pela classe trabalhadora.

Mais de três décadas sob ditaduras ao longo do Século XX e golpes institucionais que, salvo curtos períodos, nos mantém num estado de exceção permanente sob o poder de uma minoria de ricos e que impede, não só mudanças estruturais mais profundas da ordem capitalista, mas pequenos ganhos da classe trabalhadora. A constituição de 1988 não postula nenhuma mudança do regime capitalista, mas tinha em seu bojo um conjunto de dispositivos que permitiriam alguns avanços no âmbito econômico, social e educacional, dentre eles o controle social da mídia empresarial e taxaço do latifúndio. Desgraçadamente a Constituição começou a ser negada em seguida com “golpe das políticas neoliberais da década de 1990. Resulta daí uma sociedade de perversa concentração da propriedade e riqueza que não provém do trabalho, mas de um poder despótico dos ricos. O latifúndio brasileiro, que mantém metade das terras de um país continental na mão de 1% dos proprietários, é o exemplo estrutural mais emblemático disto e que tem suas raízes na escravidão e na matança, até hoje, de lideranças que lutam pelo direito à terra.

Na primeira década do Século XXI o apoio de forças políticas, sindicais, movimentos sociais e culturais à candidatura de presidência do Brasil, pela quarta vez, de Luiz Inácio Lula da Silva, indicava a possibilidade de sua vitória. Diante disto, antes mesmo de sua eleição, a “minoria prepotente” começou a impor-lhes condições para que, na eventualidade de ganhar, pudesse governar. Eleito, em seus dois mandatos, teve a capacidade de pautar políticas de acesso a emprego e renda, de inclusão de amplos grupos na educação com a criação de meio milhão de Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia e criação de uma dezena e meia de universidades públicas com ampliação significativa de recursos para a ciência e tecnologia. Políticas de acesso à luz, água, moradia e uma política externa de não alinhamento subalterno, ampliando as relações na América Latina e, mundialmente, membro ativo dos BRICs (grupo formado por - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) com poder de influenciar a geopolítica mundial. Política, em grande parte seguida pela sua sucessora Dilma Rousseff.

A inclusão de quilombolas, indígenas, filhos de pequenos agricultores e jovens de classe popular no ensino médio e no ensino superior; a possibilidade de acesso a carro e a viagens de avião por grupos do meio popular e, da mesma forma o desenho de uma geopolítica não subalterna, tornou-se insuportável à classe dominante brasileira e setores da classe média. Aflorou de forma virulenta o DNA escravocrata, racista, moralista e autoritário e, arquitetaram, com participação de apoio dos parceiros imperialistas históricos, um golpe de estado mediante a junção de forças políticas, jurídicas, midiáticas e militares. Golpe que se consumou em agosto de 2016. Mas nem mesmo estas forças imaginaram que entregariam o poder à extrema direita cujo projeto político, econômico e social se pauta por concepções de práticas neofacistas.

O mundo nos vê hoje como a sociedade onde se pratica o capitalismo mais selvagem no plano político, econômico, científico e educacional. Nenhum país do mundo está privatizando as riquezas nacionais, o assalto ao fundo público e o desmantelamento da educação pública e da ciência e tecnologia como o Brasil. Política praticada por um governo que explicitamente governa para os ricos e produz uma realidade social impiedosamente cruel e desumana. Ao mesmo tempo pequenos grupos ou indivíduos aumentam suas propriedades e riqueza, e alguns passando, em plena pandemia, a figurar entre os bilionários do planeta. Bilionários que como o “patriota” tosco Luciano Hange, eleito pela Forbes 21, como o mais rico do Brasil, põe o lucro da exploração dos trabalhadores em paraísos fiscais para não pagar imposto. Mas nada mais explicitamente aético do que as duas autoridades maiores que orientam a política econômica do país, o ministro da economia e o presidente do Banco Central com contas robustas em dólar, em paraísos fiscais, igualmente para não pagar imposto.

Nos últimos dias o desmonte das bases constitutivas da nação, educação pública universal, gratuita e laica e ampla produção de ciência básica e tecnologia própria foi no limite inimaginável, se é que a insensibilidade e crueldade humana têm limites. O governo Bolsonaro, por sua equipe econômica, pede para cortar 87% do exíguo orçamento para a ciência e tecnologia. Isto significa que dos 680 bilhões previstos, restam 89 bilhões. Decreta-se, assim, não apenas a perda de pesquisas em andamento, mas a estagnação do desenvolvimento científica e tecnológico. E qual é a área que recebeu maiores cortes no orçamentos? Não por

mera coincidência foi a área de educação que além de sofrer um corte de dois bilhões e duzentos milhões, teve, em abril deste ano, um bloqueio de 30% de seus recursos. Aqui se está negando, na raiz, a formação ampla de novos pesquisadores, pois é desde a educação básica que se desenvolvem os novos pesquisadores e cientistas.

A prova de que a insensibilidade humana não tem limites é o veto de Bolsonaro à distribuição gratuita de absorventes para adolescentes e mulheres em situação de vulnerabilidade em medida aprovada pelo Congresso, com a justificativa que não havia indicação de fonte para financiar. E qual a resposta do presidente à reação na sociedade que deverá levar derrubada do veto? Seria, talvez, a regulamentação do imposto sobre grandes fortunas previsto na Constituição de 1988 ou a cobrança de milionários com dinheiro com dinheiro em paraísos fiscais e devedores, em conjunto, de bilhões em impostos? Não, o minifúndio a diminuir são duas áreas que tem que ver com direitos humanos fundamentais – saúde e educação. E recado é do chefe de nação: “Se Congresso derrubar o veto, vou tirar dinheiro da Educação e da Saúde”.

A síntese de Florestan, feita há décadas, ganha hoje um realismo sem precedentes. A classe dominante brasileira, pequena, autoritária, racista, moralista, antipovo, anti(classe trabalhadora), humanamente rasa e insensível sustenta, no presente, um (des)governo que nos transforma cada vez mais um país gigante com pés de barro.

5- Universidade para poucos: o ministro da Educação e o preconceito de classe.

A afirmação do ministro da Educação Milton Ribeiro que a Universidade deveria ser para poucos e que a grande maioria deveria seguir o caminho da educação profissional diga-se, a seu crédito, não é apenas uma posição explícita sua, mas a da classe social a que pertence e representa. Não se trata aqui de fazer um julgamento moral, mas de analisar o sentido social do que afirma. Pode-se, assim, afirmar que a sua fala é coerente com as políticas educacionais de direita ou de extrema direita que vêm sendo disputadas historicamente em nossa

sociedade e que desde a década de 1990 se afirmam em seu caráter classista excludente de forma clara ou dissimulada.

Com efeito, se examinarmos as contrarreformas educacionais da gestão dos oito anos do ministro Paulo Renato de Souza nos dois mandatos de Fernando Henrique Cardoso, as conta-reformas na educação após o golpe de Estado de 2016 e, agora, sob o governo de extrema direita, vemos que o preconceito de classe se matiza entre a ideia de que os pobres são menos inteligentes, não se esforçam e, por isso, não tem mérito, às posturas de ódio especialmente, mas não só com as populações negras e indígenas. Aqui ao preconceito de classe soma-se ao de raça. “Odeio, odeio, odeio esse termo povo indígena” (ex-ministro da Educação Weintraub na reunião ministerial de 22/04/2020)

Paulo Renato de Souza oficializou a dualidade educacional sob a tese de que quem precisa trabalhar não deveria ter o mesmo ensino médio básico que os demais. Esta separação foi parcialmente restabelecida nos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff mediante um Decreto Lei que permitia restabelecer o ensino médio integrado. Com o golpe de Estado de 2016 o mesmo grupo que conduziu a política educacional na gestão Paulo Renato de Souza conduziu a contrarreforma do ensino médio dissimulando a dualidade mediante a oferta de cinco itinerários formativos com o argumento de que agora os jovens teriam a autonomia para escolher.

Na prática, o que vai ocorrer na maioria das escolas públicas do Brasil onde estudam as filhas e filhos da classe trabalhadora é a oferta do quinto itinerário, formação profissional, em escolas sem laboratórios e sem professores preparados para isto. Mas a lei já tem o gatilho de permitir as parcerias com o setor privado e parte da carga horária por meio remoto. Portanto, a tese que o jovem pode escolher entre os cinco itinerários é falsa, quer pelas condições objetivas das escolas, quer pelas condições reais dos alunos,

O efeito, mediante dispositivo legal, é a negação à educação básica. Esta entendida como o acesso, tanto aos conhecimentos das disciplinas que permitem entender as leis da natureza, quanto àquelas que facultam entender as relações sociais. Conhecimentos fundamentais para entender, por exemplo, as pandemias, o aquecimento global, a concentração da propriedade e da renda na mão de cada

vez menos famílias ou grupos e o aumento sistemático da desigualdade que se manifesta pela pobreza, extrema pobreza e pela fome.

Mas o pior para as gerações atuais de jovens completa-se com a ascensão ao poder da nação em 2019 do bloco de forças de extrema direita que se expressa pela junção de três fundamentalismos. O econômico, para o qual o mercado se torna o regulador das relações sociais numa das sociedades mais desiguais do mundo, onde o critério de justiça e igualdade social é substituído pela ideologia da meritocracia. O político, que se guia pela pedagogia do ódio e da ameaça de anulação de adversários e do pensamento crítico divergente. Finalmente, o fundamentalismo religioso, este que busca subordinar a ciência à crença e impor os valores moralistas particulares como sendo universais. “Nossos quilombos estão crescendo e os meninos estão nascendo nos quilombos e seus valores estão lá. Então, tudo vai ter que ver a questão dos valores.” (Ministra de Estado da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos Damares, também na reunião ministerial de 22/04/2020.)

O desmanche ao direito à educação básica pela contrarreforma do ensino médio por si já nega às gerações de jovens os fundamentos científicos e culturais para a travessia à dupla cidadania: política e econômica. A primeira que supõe bases para uma inserção autônoma na vida em sociedade atuando como sujeitos emancipados e, a segunda, os fundamentos das ciências que embasam as tecnologias nos processos de produção industrial, agrícola e dos serviços.

Sob o governo de extrema direita de Bolsonaro isto se radicaliza para pior. As Bases Curriculares Comuns Nacionais preveem a maior carga horária para matemática, língua portuguesa e inglês, diluindo as ciências da natureza, as ciências humanas e sociais e a arte e à cultura em blocos. O foco, de forma inequívoca, passa a ser ideológico e moral. Por um lado, a militarização das escolas e, por outro, a Política do livro didático focado no controle ao pensamento crítico, genericamente denominado de esquerda ou de marxismo cultural e de ideologia de gênero. Instaura-se, assim, a política em que os professores só podem ensinar o que prescreve a ideologia oficial e está entendida como não política. Isto na história tem nome: imposição do pensamento único de ditaduras e de regimes nazifascistas.

E o que dissimula a afirmação que o futuro da educação para maioria dos jovens é a que se efetiva nos Institutos Federais de Educação Ciências e Tecnologia tomando como referência a Alemanha? Este é um surrado jargão para mascarar ao contrário do que são as escolas e as universidades na Alemanha. Por certo o ministro não está se referindo à concepção dos Institutos criados em 2008 que estimulava o ensino integrado e a verticalidade que inclui licenciaturas, pós-graduação *lato e stricto sensu* e extensão.

Assim, o que de fato está implícito não é o que se faz na Alemanha, mas no desenho das contrarreformas do ensino médio e das universidades públicas. O que está ocorrendo nos Institutos e nas universidades é o corte absurdo de verbas determinando a exclusão, exatamente dos que mais precisam de uma educação de qualidade: jovens que frequentam a escola pública, quilombolas, indígenas, ribeirinhos e educação de jovens e adultos. A pandemia só agravou o que era política implícita: determinar a autoexclusão dos pobres dos institutos e das universidades.

Um exemplo do que acabo de afirmar é que ao mesmo tempo em que a lei permite 20% da carga horária por meio remoto no ensino médio e se afirma que no ensino superior o ensino híbrido veio para ficar, Bolsonaro vetou a lei aprovada pelo Congresso, em fevereiro deste ano, que destinava R\$ 3,5 bilhões para bancar internet de alunos de baixa renda. O Congresso derrubou o veto e, portanto, o governo deveria cumprir a Lei 14.172/2021. Mas o Ministro Guedes (em 12.08.2021), de acordo com notícia da UOL afirma que “o governo cometeria crime de responsabilidade caso disponibilizasse 3,5 bilhões a estados e municípios para ampliar o acesso à internet para estudantes e professores da educação pública”. De acordo como o Comitê Gestor da Internet do Brasil 56% da população rural e 60% das classes D e E, não tem acesso à internet. Cerca de 70 milhões tem acesso precário. Este acesso precário evidencia-se pelo fato que 56% acessam por celular e destes 51% por pré-pago (<https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/05/>). E o que é isto senão exclusão como política de governo? Será que a educação básica e profissional na Alemanha, que o Ministro da Educação toma como referência, padece da mesma precariedade e negação de condições?

O que o Ministro da Educação argumenta como tese, que expressa a política econômica, científica, educacional e cultural do governo que serve a da maioria dos que compõe a classe dominante brasileira, parou na primeira metade do Século XIX, enquanto a Alemanha situa suas políticas no Século XXI. O Ministro e sua classe continuam com a tese do filósofo e político Desttut de Tracy (1754-1836) que na primeira década do Século XIX afirmava:

“Em toda a sociedade civilizada existem necessariamente duas classes de pessoas: a que tira sua subsistência da força de seus braços e a que vive de renda de suas propriedades ou do produto de funções onde o trabalho do espírito prepondera sobre o trabalho manual. A primeira é a classe operária; a segunda é aquela que eu chamaria de classe erudita. Os homens da classe operária têm desde cedo necessidade do trabalho de seus filhos. Essas crianças precisam adquirir desde cedo o conhecimento, sobretudo, o hábito e a tradição do trabalho penoso a que se destinam. Não podem, portanto, perder tempo na escola. (...) Os filhos da classe erudita, ao contrário, podem dedicar-se a estudar durante muito tempo; têm muita coisa a aprender para alcançar o que se espera deles no futuro. (...) Esses são fatos que não dependem de qualquer vontade humana; decorrem necessariamente da própria natureza dos homens e da sociedade.”

Francisco de Oliveira em suas análises da classe dominante brasileira a definia como “A vanguarda do atraso e o atraso da vanguarda”. O pensamento político, econômico social e educacional do ministro Milton Ribeiro nesta e noutras entrevistas de cunho moralista expressa a síntese desta vanguarda do atraso.

6- O “novo ensino médio”: traição à juventude que frequenta a escola pública

Mais de 80% dos jovens que frequentam o ensino médio e fundamental no Brasil o fazem em escolas públicas. Pois bem, é para estes que se aprovou, logo após o golpe de estado de 2016, a contrarreforma do ensino médio e, sob o “bolsonarismo”, as novas Bases Curriculares Comuns Nacionais e a política de “apaga a memória histórica” do livro didático oficial.

A implantação progressiva está prevista a partir de 2022 até 2024. Este pequeno artigo busca trazer alguns elementos que justificam a demanda de adiar esta implantação, pois a lei foi imposta de cima para baixo sem efetivo debate democrático e seus efeitos perversos. Tal como está proposto o “Novo ensino médio” configura uma traição às gerações de jovens que estiverem a ele submetidas por condená-las a não terem as ferramentas básicas de conhecimento para a cidadania política e econômica.

A primeira supõe bases de conhecimentos que facultem aos jovens e em sua vida adulta a participação ativa como sujeitos autônomos na vida social, política e cultural e, a segunda, para que possam se inserir de forma qualificada no mundo da produção e alcançar a autonomia financeira. Na realidade, o “novo” esconde seu caráter anacrônico, regressivo que anula o que se buscou no processo de redemocratização do país e os avanços da Constituição de 1988

A Constituição de 1988, em seu capítulo da ordem social e econômica, buscou alterar um processo de apartheid social que desde a escravidão reiterava a “casa grande e senzala”. A adoção da política econômica ultraconservadora do golpe de Estado de 2016, radicalizada no governo Bolsonaro sob uma orientação ideológica neofascista, retoma e amplia o apartheid social.

O “novo ensino médio” é parte constitutiva da manutenção e aprofundamento do apartheid social e consolida as contrarreformas que rasgam a Constituição de 1988 mediante a política de liquidação do patrimônio comum dos brasileiros; o desmonte da esfera pública e de uma a uma das políticas sociais e de inclusão para diminuição da desigualdade social, da fome e da pobreza; e o aniquilamento da pesquisa científica no curto prazo pelo corte absurdo do financiamento e, em longo prazo, pelo desmonte da educação básica e universidades públicas.

O que está em curso no Brasil lembra o que narra o prêmio Nobel de medicina de 2001 Paul Nurse no livro O que é a vida, sobre a sentença do juiz do tribunal que mandou para a guilhotina, em maio de 1794, o fundador da química moderna Antoine Lavoisier sob o argumento: “República não precisa de sábios nem de químicos”.

A guilhotina aqui é a inviabilização da pesquisa científica, da cultura e da educação pública. Uma condenação funcional à manutenção do conservadorismo,

autoritarismo e moralismo, armas da perpetuação do privilégio de uma minoria. Com efeito, cada dia mais o Brasil se configura como uma sociedade de duas centenas de bilionários, cada vez mais ricos, um encolhimento veloz da classe média e a expansão da pobreza e da miséria que perfaz mais de um terço dos brasileiros.

Nada mais preciso do que significa o “Novo Ensino Médio” do que indica o título do artigo de Tereza Campello e Sandra Brandão que mostra o que de fato significa a mudança do Programa Bolsa Família por “Auxílio Família:” O Auxílio Família não é um novo Bolsa Família. É um “pastel de vento” (Carta Capital, 28/10/2021). Pois bem, o que o “O novo ensino médio” oferece à juventude brasileira “é um pastel de vento”.

Pastel de vento porque liquida como o sentido de educação básica a qual supõe um equilíbrio entre as disciplinas que permitem entender as leis da natureza (Química, física, biologia) e as que permitem entender e atuar nas relações sociais (história, sociologia, filosofia, literatura, arte etc. O que se prioriza são conhecimentos instrumentais, mas que sem o que é básico instrumentaliza “o vento”. Liquida-se o esforço de décadas para superar, pelo ensino médio integrado, a dualidade estrutural (educação geral para a “elite” e adestramento profissional para o povo).

E o que é o “novo”? O fatiamento do ensino médio em cinco “Itinerários formativos (Linguagens e suas tecnologias, matemática e suas tecnologias, Ciências da natureza e suas tecnologias, Ciências humanas e suas tecnologias e Formação profissional) sendo que “as escolas devem oferecer aos alunos pelo menos um “itinerário formativo. As opções deverão ser organizadas por meio da oferta de diferentes arranjos”.

Aqui a opção da oferta de diferentes arranjos, que no limite podem ser tantas quantas as escolas de ensino médio do Brasil, tira qualquer dúvida de que o “Novo Ensino Médio” liquida o direito universal à formação básica e, portanto, de uma mesma qualidade para os jovens. Assim, o “Novo Ensino Médio” pode assumir, na prática, os vários sentidos de arranjo: acordo, arrumação, cambalacho, conchavo, “mamata”, etc. Na condição objetiva das escolas públicas, cada vez mais sucateadas por corte de verbas e a possibilidade que a lei faculta de parcerias

com o setor privado, tenderá induzir que o arranjo se dê pelo itinerário da formação profissional.

A Secretaria de Estado da Educação do Rio de Janeiro (Sedec) mostra que esta pode ser a tendência da oferta de “Novo Ensino Médio”. Em 15.10.2021 celebrou um contrato com o Serviço de Aprendizagens Industrial (Senai) de 24.374.058,25 (vinte quatro milhões, trezentos e setenta e quatro mil, cinquenta e oito reais e vinte e cinco centavos) com vigência até 31 de dezembro de 2022 para ofertar ensino médio “integrado”.

Pela negação do conhecimento básico mediante um coquetel de arranjos fragmentados que esterilizam as ciências básicas (da natureza, humanas e sociais) o “Novo Ensino Médio” oferece à maioria dos jovens brasileiros “um pastel de vento”. Uma dupla traição: aos jovens porque lhes barra o futuro e à nação, porque se anula a possibilidade de formar milhares de novos cientistas. A luta pelo adiamento da sua implantação e, a partir de 2022 com forças políticas que substituam a prioridade das armas pela ciência e educação, a sua revogação constitui-se tarefa ética e política de todas as forças democráticas.

Uma tarefa que, de imediato, cabe a cada dirigente e professor e técnicos das instituições educacionais numa dupla direção: resistir por dentro organizadamente e mostrar aos jovens e seus pais ou responsáveis o sentido desta traição e, por meio dos sindicatos, partidos políticos, instituições científicas e movimentos sociais e culturais conseguir apoio jurídico para o adiamento.